

Boucinhas, Campos & Conti
Auditores Independentes

MATRINHÃ TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP NORTE) S.A.

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS REAPRESENTADAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras	1
Balanço patrimonial.....	4
Demonstração dos resultados.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Demonstração do valor adicionado	9
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REAPRESENTADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações financeiras reapresentadas da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

7. Conforme descrito na Nota nº 22, sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que o início da operação das linhas de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 012/2012 deveria ocorrer em 10 de janeiro de 2015, porém, devido a fatos detalhados naquela Nota, determinados marcos contratuais não foram alcançados e, por decorrência desse fato, a data prevista para o início da operação comercial das instalações de transmissão é 30 de abril de 2016. A Administração da Companhia não identifica, no momento, nenhum risco de contingência que possa gerar perdas.

Reapresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

8. Em 15 de março de 2016, emitimos relatório de auditoria, sem modificação, sobre as demonstrações financeiras e notas explicativas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A., que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.2, essas demonstrações financeiras e notas explicativas foram alteradas e estão sendo reapresentadas, com objetivo de aprimorar as informações apresentadas anteriormente. Nossa opinião, datada de 26 de abril de 2016, sobre as demonstrações financeiras, reapresentadas, continua sendo sem modificação.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

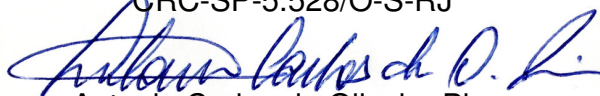
9. Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão regulador, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

10. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 17 de março de 2015, que não conteve modificação.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2016.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-RJ



Antonio Carlos de Oliveira Pires
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> Reapresentado nota 2.2
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.685.988	73.748.515
Títulos e valores mobiliários	5	6.991.236	-
Contas a receber de clientes	6	7.385.171	-
Impostos a recuperar	7	4.320.174	2.553.679
Contas a receber - Ativo Financeiro Indenizável	9	99.891.352	-
Despesas antecipadas		142.275	-
Créditos a receber	8	658.950	-
Outros ativos circulantes		40.330	569.901
Total do ativo circulante		<u>168.115.475</u>	<u>76.872.095</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber - Ativo Financeiro Indenizável	9	2.029.087.450	1.406.511.987
Depósitos judiciais		-	4.175.888
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	43.319.235	18.909.170
Imobilizado líquido		232.836	204.381
Total do ativo não circulante		<u>2.072.639.521</u>	<u>1.429.801.426</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.240.754.996</u>	<u>1.506.673.521</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	16.841.372	11.268.289
Retenções contratuais	11	459.597	1.635.585
Empréstimos e financiamentos	13	47.641.718	24.637.228
Salários e encargos		292.420	210.516
Impostos e contribuições sociais	12	15.306.432	7.958.151
Dividendos propostos		16.564.512	16.564.512
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		118.466	-
Outros passivos circulantes		6.339.141	73.809
Total do passivo circulante		<u>103.563.658</u>	<u>62.348.090</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	13	611.101.460	528.634.082
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14	<u>101.779.922</u>	<u>54.602.937</u>
Total do passivo não circulante		<u>712.881.382</u>	<u>583.237.019</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
Capital social		1.275.878.516	851.608.000
Reserva legal		2.683.751	474.021
Lucros retidos		9.006.391	9.006.391
Reserva de lucros a realizar		41.984.877	-
Total		<u>1.329.553.535</u>	<u>861.088.412</u>
Adiantamento para Futura Integralização de Capital		94.756.421	-
Total do patrimônio líquido		<u>1.424.309.956</u>	<u>861.088.412</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.240.754.996</u>	<u>1.506.673.521</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

		<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> Reapresentado nota 2.1
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	676.324.766	867.076.434
Custo de Construção	17	(527.112.565)	(754.324.038)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	18	(133.997)	-
Despesas de operação e manutenção - O&M	18	(41.841)	-
LUCRO BRUTO		<u>149.036.363</u>	<u>112.752.396</u>
DESPESAS			
Pessoal		(2.532.121)	(1.801.536)
Materiais		(35.885)	(23.012)
Serviços de terceiros		(3.224.792)	(1.756.946)
Tributos		(35.487)	(2.023.152)
Arrendamentos e aluguéis		(492.402)	(423.128)
Despesas administrativas		-	(28.901)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa		(32.423.295)	-
Depreciação		(85.493)	-
Outras receitas e despesas		-	452.500
Total		<u>(38.829.475)</u>	<u>(5.604.175)</u>
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		<u>110.206.888</u>	<u>107.148.221</u>
RECEITAS FINANCEIRAS			
Receitas de aplicações financeiras		3.957.480	123.410
Variações monetárias ativas		3.279.294	-
Tributos sobre Receitas Financeiras			
Pis		(13.095)	-
Cofins		(80.585)	-
DESPESAS FINANCEIRAS			
Juros e multas		(1.398.000)	-
Juros sobre empréstimo		(48.368.548)	(59.142.588)
Outras receitas e despesas		(621.909)	(675.266)
Total		<u>(43.245.362)</u>	<u>(59.694.444)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		66.961.526	47.453.777
Imposto de renda diferido		(16.740.382)	(21.060.179)
Contribuição social diferida		(6.026.537)	(7.569.425)
Total		<u>(22.766.919)</u>	<u>(28.629.604)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>44.194.607</u>	<u>18.824.173</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

	Capital social	Reservas de lucros			AFAC	Lucros acumulados	Total
		Legal	Lucros retidos	Lucros a realizar			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	194.490.585	361.038	5.103.825	-	-	-	199.955.448
Aumento de capital com emissão de 85.078.732 novas ações em 17 de abril	85.078.732	-	-	-	-	-	85.078.732
Aumento de capital com emissão de 84.182.151 novas ações em 05 de maio	84.182.151	-	-	-	-	-	84.182.151
Aumento de capital com emissão de 57.346.000 novas ações em 16 de junho	57.346.000	-	-	-	-	-	57.346.000
Aumento de capital com emissão de 57.346.000 novas ações em 10 de julho	57.346.000	-	-	-	-	-	57.346.000
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em agosto de 2014	-	-	-	-	35.000.000	-	35.000.000
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em setembro de 2014	-	-	-	-	138.950.000	-	138.950.000
Integralização de capital com AFAC em 22 de setembro de 2014	100.000.000	-	-	-	(100.000.000)	-	-
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em outubro de 2014	-	-	-	-	73.950.000	-	73.950.000
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em dezembro de 2014	-	-	-	-	125.264.532	-	125.264.532
Integralização de capital com AFAC em 22 de dezembro de 2014	273.164.532	-	-	-	(273.164.532)	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	18.824.174	18.824.174
Constituição de reserva legal	-	112.983	-	-	-	(112.983)	-
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	-	-	(14.808.625)	(14.808.625)
Lucros retidos	-	-	3.902.566	-	-	(3.902.566)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - REAPRESENTADO	851.608.000	474.021	9.006.391	-	-	-	861.088.412
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 15 de abril de 2015	-	-	-	-	43.725.411	-	43.725.411
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 06 de maio de 2015	-	-	-	-	43.725.411	-	43.725.411
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 12 de junho de 2015	-	-	-	-	33.150.000	-	33.150.000
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 19 de junho de 2015	-	-	-	-	31.850.000	-	31.850.000
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 23 de junho de 2015	-	-	-	-	31.000.000	-	31.000.000
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 17 de julho de 2015	-	-	-	-	58.700.000	-	58.700.000
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 28 setembro de 2015	-	-	-	-	14.076.000	-	14.076.000
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 01 de outubro de 2015	-	-	-	-	13.524.000	-	13.524.000
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 07 de outubro de 2015	-	-	-	-	53.606.000	-	53.606.000
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 26 de outubro de 2015	-	-	-	-	55.794.000	-	55.794.000
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em 30 de novembro de 2015	-	-	-	-	45.119.694	-	45.119.694
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital em Dezembro de 2015	-	-	-	-	94.756.421	-	94.756.421
Integralização de capital com AFAC	424.270.516	-	-	-	(424.270.516)	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	44.194.607	44.194.607
Constituição de reserva legal	-	2.209.730	-	-	-	(2.209.730)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	41.984.877	-	(41.984.877)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.275.878.516	2.683.751	9.006.391	41.984.877	94.756.421	-	1.424.309.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> <u>Reapresentado</u>
Lucro líquido do exercício	44.194.607	18.824.173
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	<u>44.194.607</u>	<u>18.824.173</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> Reapresentado Nota 2.1
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos imposto de renda e da contribuição social	66.961.526	47.453.777
Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa		
Rendas sobre ativo financeiro	(138.826.425)	-
Amortização do ativo financeiro	2.614.763	-
Depreciação	85.493	-
Juros de empréstimos	48.368.548	-
Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais		
Clientes	(7.385.171)	-
Adiantamentos	-	57.258
Impostos a recuperar	(1.766.495)	(2.487.249)
Despesas pagas antecipadamente	(142.275)	-
Depósitos judiciais	4.175.888	(435.189)
Créditos a receber	(658.950)	-
Outros ativos circulantes	529.571	(553.897)
Fornecedores	5.573.083	11.262.948
Impostos e contribuições sociais	7.348.282	3.775.934
Retenções Contratuais	(1.175.989)	940.619
Salários e encargos	81.905	151.205
Provisão para Servidão	-	(1.166.660)
Pesquisa de Desenvolvimento	118.466	-
Outros passivos circulantes	<u>6.265.333</u>	<u>(881.437)</u>
Caixa líquido consumido (gerado) pelas atividades operacionais	<u>(7.832.447)</u>	<u>58.117.309</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativo Financeiro Indenizável	(586.255.152)	(867.076.433)
Aquisição de imobilizado	<u>(113.947)</u>	<u>(185.268)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<u>(586.369.099)</u>	<u>(867.261.701)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos	57.103.320	553.271.310
Baixa de debêntures	-	(564.524.790)
Títulos e valores mobiliários	(6.991.236)	-
Integralização de capital	424.270.516	-
Aumento de AFAC	<u>94.756.421</u>	<u>657.117.415</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>569.139.021</u>	<u>645.863.935</u>
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(25.062.526)</u>	<u>(163.280.457)</u>
Início do Exercício	73.748.515	237.028.972
Final do Exercício	<u>48.685.988</u>	<u>73.748.515</u>
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(25.062.527)</u>	<u>(163.280.457)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
		Reapresentado
RECEITA		
Receita	676.324.766	867.076.434
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo	(527.288.403)	(754.324.038)
Serviços	(3.224.792)	(1.756.946)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>145.811.570</u>	<u>110.995.450</u>
VALOR ADICIONADO REEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado Financeiro	(43.245.362)	(59.694.444)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>102.566.208</u>	<u>51.301.006</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	2.532.121	1.801.536
Materiais	35.885	23.012
Tributos	22.802.406	30.652.756
Arrendamentos e aluguéis	492.402	423.128
Depreciacao	85.493	-
Outros	32.423.294	(423.599)
Lucro do exercício	44.194.607	18.824.173
TOTAL	<u>102.566.208</u>	<u>51.301.006</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

1. Contexto operacional

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (“MTE” ou “Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 09 de março de 2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 quilômetros de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº012/2012 em 10/05/2012, para a construção das linhas de transmissão Paranaíta – Cláudia – Paranatinga – Ribeirãozinho e construção das Subestações Paranaíta, Cláudia e Paranatinga.

O contrato dispõe que o início da operação comercial ocorrerá em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10/01/2015.

Devido a fatos alheios à vontade da Transmissora, extraordinários e imprevisíveis, caracterizados na forma da Cláusula Quinta, Subcláusulas Terceira a Sexta, do Contrato de Concessão e legislação aplicável, alguns marcos intermediários do cronograma não foram alcançados na data prevista no Contrato de Concessão.

Com base nos fatos ocorridos conforme Nota 22, a Companhia solicitou a ANEEL, a postergação do prazo para início da operação comercial das Instalações de Transmissão por meio de nossa correspondência “CE MTE 004/2015 de 09 de Janeiro de 2015” e entende que, tal solicitação foi recebida em conformidade pela Agência Reguladora. Corroborando com tal entendimento por parte da ANEEL, o fato da mesma autorizar por meio de publicação no Diário Oficial da União de 28/01/2015 pg. 61, a implementação da solução alternativa apresentada pela Matrinchã, que viabiliza a energização da UHE Teles Pires a partir da subestação Sinop, assunto tratado em sua Nota Técnica 20/2015-SCT-SRT/ANEEL.

Em outubro de 2015 as obras do ramal que liga os trechos desde a subestação de Claudia até a subestação de Sinop, foi concluído permitindo o escoamento de parte da energia produzida na UHE de Teles Pires através dos trechos desde a subestação de Paranaíta até a subestação de Claudia e até a subestação de Sinop.

1.2. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes.

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto as Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 26 de julho de 2013.

1.3 A Companhia tem previsão de entrada em operação comercial dos demais trechos da linha de Transmissão, estabelecida para 30 de abril de 2016, conforme explicitado em nossa Nota " 22. Eventos Subsequentes".

2. Resumo das principais práticas contábeis

As Demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas ao exercício anterior e foram autorizadas pela Administração em 26/04/2016.

As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações financeiras. A Companhia está em fase de conclusão da construção das estruturas necessárias aos trabalhos de transmissão de energia elétrica.

As Demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram adotadas de modo consistente com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2.1 Reapresentação dos ajustes retroativos

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014 estão reapresentados de forma a demonstrar os ajustes decorrentes do seguinte assunto:

Os valores referentes aos encargos sobre empréstimos e as receitas de aplicações financeiras, relacionadas a parcela dos financiamentos que ficaram aplicados no mercado financeiro até a data da utilização, foram reconhecidas no Ativo Financeiro, e não no resultado conforme requerido pela Interpretação Técnica – ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes e reclassificações sobre os saldos em 31 de dezembro de 2014:

ATIVO	31/12/2014	DEBITO	CREDITO	31/12/2014 Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	73.748.515	-	-	73.748.515
Impostos a recuperar	2.553.679	-	-	2.553.679
Outros créditos	569.901	-	-	569.901
Total do ativo circulante	76.872.095	-	-	76.872.095
NÃO CIRCULANTE				
Ativo financeiro indenizável	1.470.646.262	-	64.134.275	1.406.511.987
Depósitos judiciais	4.175.888	-	-	4.175.888
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	-	18.909.170	-	18.909.170
Imobilizado líquido	204.382	-	-	204.381
Total do ativo não circulante	1.475.026.531	18.909.170	64.134.275	1.429.801.426
TOTAL DO ATIVO	1.551.898.626	18.909.170	64.134.275	1.506.673.521
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	11.268.289	-	-	11.268.289
Retenções contratuais	1.635.585	-	-	1.635.585
Empréstimos e financiamentos	24.637.228	-	-	24.637.228
Salários e encargos	210.516	-	-	210.516
Impostos e contribuições sociais	7.958.151	-	-	7.958.151
Dividendos propostos	16.564.512	-	-	16.564.512
Outros passivos circulantes	73.809	-	-	73.809
Total do passivo circulante	62.348.090	-	-	62.348.090
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	528.634.082	-	-	528.634.082
Imposto de renda e contribuição social diferidos	56.300.111	1.697.174	-	54.602.937
Total do passivo não circulante	584.934.193	1.697.174	-	583.237.019
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	851.608.000	-	-	851.608.000
Reserva legal	3.478.643	3.478.643	474.021	474.021
Lucros retidos	49.529.700	64.608.296	24.084.987	9.006.391
Total do patrimônio líquido	904.616.343	68.086.939	24.559.008	861.088.412
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.551.898.626	69.784.113	24.559.008	1.506.673.521

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>DÉBITO</u>	<u>CRÉDITO</u>	<u>31/12/2014</u> Reapresentado
Receita de Construção	813.466.625	59.142.587	-	754.324.038
Custo de Construção	(813.466.625)	-	59.142.587	(754.324.038)
Rendimento sobre ativos de concessão	117.744.083	4.991.687	-	112.752.396
LUCRO BRUTO	117.744.083	64.134.274	59.142.587	112.752.396
DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal	(1.801.536)	-	-	(1.801.536)
Materiais	(23.012)	-	-	(23.012)
Serviços de terceiros	(1.756.946)	-	-	(1.756.946)
Tributos	(2.023.152)	-	-	(2.023.152)
Arrendamentos e aluguéis	(423.128)	-	-	(423.128)
Despesas administrativas	(28.901)	-	-	(28.901)
Outros	452.500	-	-	452.500
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	112.139.908	64.134.274	59.142.587	107.148.221
RECEITAS FINANCEIRAS				
Receitas de aplicações financeiras	123.410	-	-	123.410
DESPESAS FINANCEIRAS				
Juros sobre empréstimos	-	59.142.588	-	(59.142.588)
Despesas financeiras	(675.266)	-	-	(675.266)
Total	(551.856)	59.142.588	-	(59.694.444)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	111.588.052	123.276.862	59.142.587	47.453.777
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(49.235.948)	-	20.606.344	(28.629.604)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-
Total	(49.235.948)	-	20.606.344	(28.629.604)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	62.352.104	123.276.862	79.748.931	18.824.173

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

2.2. Reapresentação de 2015

A Companhia decidiu em reapresentar as demonstrações financeiras e notas explicativas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, com objetivo de aprimorar as informações apresentadas anteriormente. As modificações estão relacionadas a seguir:

- i. Balanço Patrimonial – Ativo: Segregação entre, curto e longo prazo, referente a conta do Ativo Financeiro Indenizável;
- ii. Demonstração do resultado do exercício – Alteração da nomenclatura de “Receita Bruta de rendimento sobre ativo financeiro de concessão” para “Remuneração sobre ativo de concessão”;
- iii. Demonstração do resultado do exercício – Alteração da nomenclatura em Despesas de “Outros” para “Outras receitas e despesas”;
- iv. Demonstração do Resultado abrangente – Alteração da nomenclatura de “Lucro” para “Lucro líquido do Exercício”;
- v. Nota Explicativa 1.3 – Alteração do ano de 2106 para 2016;
- vi. Nota Explicativa 2.3.3. Receitas de juros – Exclusão da nota, devido a Companhia não ter apresentado esta receita em 2015;
- vii. Nota Explicativa 2.4. Instrumentos Financeiros, letra (b) Passivos Financeiros não derivativos – Exclusão da palavra “Debêntures” que a Companhia não apresentou em 2015;
- viii. Nota Explicativa 2.13. Demonstrações do Fluxo da Caixa – Exclusão do texto da nota;
- ix. Nota Explicativa 3. Adoção de novos pronunciamentos contábeis. Item (i) – Exclusão da Nota devido a ser referente a 2014;
- x. Nota Explicativa 3. Adoção de novos pronunciamentos contábeis. Item (ii) – exclusão da nota que fazia referência a ao IFRS 9 e IFRIC 21;
- xi. Nota Explicativa 13. Empréstimos e Financiamentos – Alteração do texto com a inclusão da informação sobre “Covenants”;
- xii. Nota Explicativa 15. Patrimônio Líquido item (d) – Alteração da letra inicial do item que estava minúscula incluindo a letra maiúscula;
- xiii. Nota Explicativa 19. Instrumentos Financeiros – Alteração na sequência da numeração passando de 17.1 para 19.1;
- xiv. Nota Explicativa 19. Instrumentos Financeiros – Exclusão dos itens de “Impostos a recuperar” e “Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos” no Ativo e ainda “Tributos Diferidos” no Passivo nos quadros demonstrativos;
- xv. Nota Explicativa 19. Instrumentos Financeiros. Gestão de risco – Alteração da numeração de 17.2 para 19.2;

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

- xvi. Nota Explicativa 19. Instrumentos Financeiros. Gestão de risco – Alteração da nota com a inclusão do texto, “A companhia não está exposta a riscos materiais”, na letra c) Riscos cambiais;
- xvii. Nota Explicativa 19. Instrumentos Financeiros. Gestão de risco – Exclusão dos textos referentes a Riscos de liquidez e Riscos de operação com derivativos”;
- xviii. Nota 22. Eventos subsequentes – Separação do texto em dois itens 22.1 e 22.2 com o objetivo de explicar o que ocasionou o atraso.

2.3. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

2.4. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

2.4.1. Receita de concessão

a) Receita de operações com transmissão de energia

A receita de operações com transmissão de energia é referente a receita faturada a terceiros pela utilização do sistema de transmissão.

b) Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão (“ICPC 01 (R1)”) estabelece que o concessionário de transmissão de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo próxima a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro indenizável em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

c) Remuneração dos ativos de concessão

A receita financeira de concessão corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP).

2.5. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro indenizável e adiantamentos. São classificados recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e retenções contratuais. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecido pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d) Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

2.7. Ativo financeiro indenizável

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição. Contudo, a fim de corroborar

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre anualmente.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.8. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

2.10. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pela tributação pelo lucro real anual. Sendo assim, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada considerando o resultado apurado no exercício ajustado em função da legislação fiscal. O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses e compensados os prejuízos fiscais existentes, reconhecidos pelo regime de competência. A Contribuição Social Sobre o Lucro é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas, reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

2.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das Demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

Outras provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.13. Compromissos com o meio ambiente

Medidas compensatórias - O valor da compensação ambiental da Companhia foi estipulado em R\$ 3.497.964 tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09.

3. Adoção de novos pronunciamentos contábeis

(i) A seguir apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos nos próximos exercícios sociais:

- IFRS 15 Receitas de contratos com clientes – O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 11 Negócios em Conjunto – A Companhia participante de um joint venture deve aplicar os princípios relevantes relacionados a cominação de negócio, inclusive no que diz respeito as divulgações requeridas, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.
- Alteração no IAS 16 e IAS 38 Métodos aceitáveis de depreciação e amortização – Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.
- Alteração IAS 27 Equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas – A revisão cria a possibilidade de adoção do método de equivalência patrimonial nos investimentos detidos em controladas nas demonstrações separadas, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.
- Alteração IFRS 10, IFRS 12, IAS 28 Entidade de investimento – Exceções a regra de consolidação – Dentre outros esclarecimentos, ficou estabelecido que a Companhia que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizado pelos seus investimentos, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

- Alteração do IAS 1 – Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.
- IFRS 7 Contratos de serviços – Contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A Confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atendem as definições descritas na norma, esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2016.

A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, são basicamente, referentes a saldos em contas correntes bancárias para utilização nos primeiros dias do exercício.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Bancos conta movimento e Fundo de Caixa	803.638	807.708
Aplicações financeiras – CDB Banco Santander	100.340	90.086
Aplicações financeiras – CDB Banco HSBC	47.749.593	72.826.620
Aplicações financeiras – CDB Banco Itaú	32.417	24.101
Total	<u>48.685.988</u>	<u>73.748.515</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 98% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI do banco HSBC e à taxa de 100,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI do banco Santander.

5. Títulos e valores mobiliários

Conforme previsto na cláusula Décima Primeira – Obrigações especiais da beneficiária, item XVII, do contrato de financiamento mediante abertura de crédito 13.2.1032.1 entre a Companhia e o BNDES, que diz: “manter durante todo o período de amortização do presente Contrato e observado o Parágrafo Quinto da Cláusula Nona, recursos na “Conta Reserva” com valores equivalentes ao saldo mínimo previsto no Parágrafo Segundo da Cláusula Nona.”

O valor de R\$ R\$6.991.236, em 31 de dezembro de 2015, está classificado como Títulos e Valores mobiliários no Ativo Circulante, devido a poder ser utilizado a qualquer momento, no caso de falta de saldo na conta corrente, para o pagamento da prestação.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

6. Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes no valor de R\$7.385.171, refere-se basicamente aos vencimentos dos clientes que se dará em Janeiro 2016.

Os faturamentos mensais são efetudos com tres vencimentos nos dias 15, 25 e 05 do mês subseqüente.

Os recebimentos ocorrem na data do vencimento, e a Companhia não tem histórico de atrasos.

7. Impostos a recuperar

O valor, em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 4.320.174 (Em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 2.553.679), é referente ao imposto de renda retido na fonte sobre os resgates de aplicações financeiras. A Companhia tem expectativa de ter resultado positivo a partir do inicio da operação e estes valores serão compensados com os impostos a pagar do exercício.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto renda sobre faturamento	23.308	-
Contribuição social sobre faturamento	14.754	-
IRRF sobre receita financeira	4.228.262	2.553.679
PIS sobre faturamento	9.590	-
COFINS sobre faturamento	44.260	-
	<u>4.320.174</u>	<u>2.553.679</u>

8. Créditos a receber

O saldo da conta de créditos a receber estava composta como abaixo:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Outros	658.950	-
Mavi Engenharia (a)	32.423.295	-
	<u>33.082.245</u>	<u>-</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(32.423.295)	-
Total	<u>658.950</u>	<u>-</u>

(a) A companhia efetuou a estimativa de perda para crédito em liquidação duvidosa do valor integral do crédito de adiantamento feito à Mavi Engenharia, conforme descrito na Nota 21.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

9. Contas a receber - ativo financeiro indenizável

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro indenizável diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- (d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

O montante total a receber acumulado em 31 de dezembro está classificado no ativo não circulante como se segue;

Ativo Financeiro Indenizável	31/12/2015	31/12/2014
		<u>Reapresentado</u>
Terrenos	500.000	500.000
Edificações e obras civis	799.065.055	351.027.995
Máquinas e equipamentos	902.922.687	679.788.031
Consultorias e assessorias	14.456.541	12.033.037
Estudos e projetos	9.747.745	6.280.886
Indenizações de servidão	30.210.476	19.411.793
Depósitos judiciais	4.990.948	-
Pessoal e encargos operacionais	3.923.687	2.129.719
Materiais	1.069.284	-
Tributos	14.423.737	14.124.721
Serviços de terceiros	12.812.036	4.337.065
Seguros	3.474.855	2.139.094
Arrendamentos e aluguéis	4.232.556	76.638
Adiantamento a fornecedores	47.944.707	180.500.617
Remuneração dos ativos de concessão	272.604.778	133.778.354
Outros	9.214.472	384.037
	<u>2.131.593.564</u>	<u>1.406.511.987</u>
Amortização	(2.614.763)	-
Total	<u>2.128.978.801</u>	<u>1.406.511.987</u>

No exercício de 2015 a Companhia entrou em operação o trecho entre as subestações de Paranaíta, Cláudia e Sinop, desta forma o ativo financeiro passou a ser amortizado no período da entrada em operação até o fim do contrato de concessão, de acordo com a receita proporcional ao trecho em operação.

A amortização do ativo financeiro está classificada no resultado como redutora da receita do ativo financeiro, no grupo de receitas operacional.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

10. Fornecedores

O saldo da conta de fornecedores está composto como se segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Phelps dodge International Brasil	2.340.987	-
Nexas Brasil	648.737	-
China Epri	9.719.891	-
Otavio Tobias	-	52.850
Alstom Grid	-	1.352.930
Cefer	-	200.000
Brametal	2.823.185	4.745.000
Engetuc	782.629	3.914.122
Intertechne	-	104.945
Construtora Vertice	-	538.080
Fabrica de Peças Elétricas Delmar	-	241.451
Cogelta Construções Gerais	275.957	-
Outros	249.986	118.911
Total	16.841.372	11.268.289

11. Retenções contratuais

As retenções são efetuadas no momento do pagamento das faturas e estão baseadas em contratos serão restituídas quando da conclusão do serviço, e não tem previsão de alteração por encargos.

	31/12/2015	31/12/2014
Novo Norte Engenharia e Construção Ltda.	12.789	62.659
Engefoto Engenharia e Aerolevanteamento	17.923	17.924
Aeroimagem S/A	17.923	17.923
Avalicon Engenharia	81.100	13.750
Electro Vidro	177.601	177.601
Amaro Antunes & Mourão	26.457	11.057
Mavi Engenharia Ltda.	-	818.471
Realt Serviços Eirelli M.E.	32.604	-
ABB	51.428	-
JC. Passos Projetos e Construções	16.200	516.200
Outros	25.572	-
Total	459.597	1.635.585

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

12. Impostos e contribuições sociais

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
PIS sobre faturamento	95.111	-
Cofins sobre faturamento	439.138	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.676.097	1.623.179
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL Retida na Fonte	1.130.560	974.325
Pis/Cofins/CSLL - Lei 10.833/2.003	201.250	51.399
Imposto sobre serviços - ISS	8.096.860	2.587.187
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.986.105	2.040.749
Imposto de Renda sobre o Lucro	230.402	230.402
Contribuição Social sobre o Lucro	450.909	450.910
Total	<u>15.306.432</u>	<u>7.958.151</u>

O saldo de imposto de renda retido na fonte – IRRF e contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL, compreendem os valores retidos sobre o pagamento efetuado a fornecedores, em consonância com a legislação em vigor, e, que serão recolhidos no mês subsequente.

O saldo de Imposto sobre serviços representam as retenções de fornecedores prestadores de serviços, que são efetuadas com base na data efetiva do serviço e o recolhimento é feito para cada prefeitura onde o serviço for efetuado, de acordo com a legislação municipal e com a Lei complementa 116/2003.

Os valores apresentados na rubrica, Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, referem-se a retenção na fonte do INSS sobre a mão de obra utilizada pelos fornecedores, na prestação dos serviços conforme IN RFB 971/2009 e alterações posteriores.

Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro correspondem, principalmente, aos montantes sobre o resultado do exercício.

13. Empréstimos e financiamentos

Em 27 de dezembro de 2013, foi assinado um Contrato de Financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 691.440.000 (Seiscentos e noventa e um milhões, quatrocentos e quarenta mil reais). Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de três subcréditos:

- Subcrédito 'A' – R\$ 614.165, com juros de 1,97% a.a. limitado a 6% da TJLP divulgada pelo Banco Central do Brasil, a título de remuneração. O objetivo deste subcrédito é financiar as obras civis e demais itens financiáveis necessários à implantação do projeto. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de maio de 2029;

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

- Subcrédito 'B' – R\$ 73.835, com juros à taxa fixa de 3,5% a.a., a título de remuneração. Este subcrédito está destiando à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários à implantação de projeto. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 102 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de novembro de 2023;
- Subcrédito 'C' – R\$ 3.440, com Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP limite de 6% a.a. Este subcrédito está destiando a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 161 prestações mensais e sucessivas, a data do início da amortização seguirá a data do desembolso.

Como garantia do financiamento, a empresa assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao contrato de Concessão.

Saldos de valores a receber:

	<u>Valor sacado</u>	<u>Saldo a receber</u>
Subcrédito A	598.573.000	15.592.000
Subcrédito B	58.133.000	15.702.000
Subcrédito C	-	3.440.000
TOTAL	<u>656.706.000</u>	<u>34.734.000</u>

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo atualizado do empréstimo concedido pelo BNDES, é de R\$ 658.743.178, líquido dos custos de transação, até a presente data.

Segregação de curto e longo prazo:

	<u>31/12/2015</u>	
	<u>curto prazo</u>	<u>longo prazo</u>
Sub crédito A	41.260.938	562.649.160
Sub crédito B	6.438.025	49.163.098
TOTAL	<u>47.698.963</u>	<u>611.812.258</u>
Despesas de lançamento	(57.246)	(710.798)
Total	<u>47.641.718</u>	<u>611.101.460</u>

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

	31/12/2014	
	curto prazo	longo prazo
Sub crédito A	20.633.076	474.560.747
Sub crédito B	4.038.230	54.804.548
TOTAL	24.671.306	529.365.295
Despesas de lançamento	(34.078)	(731.213)
Total	24.637.228	528.634.082

Saldos de acordo com o vencimento:

Ano	Empréstimos	Despesas de lançamento	Líquido
2016	52.035.233	(54.860)	51.980.372
2017	52.035.233	(54.860)	51.980.372
2018	52.035.233	(54.860)	51.980.372
2019	52.035.233	(54.860)	51.980.372
Acima de 2019	451.370.292	(548.604)	450.821.688
	659.511.222	(768.045)	658.743.177

Covenants Contratuais

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) maior ou igual a 1,3, calculado a partir do EBITDA dividido pelo Serviço da Dívida. Para o exercício de 2015 o ICSD não atingiu o especificado, uma vez que o projeto ainda encontra-se em fase de construção, portanto sem a RAP integral. Assim, a Matrinchã solicitou ao BNDES anuência para cumprimento deste Covenants. Adicionalmente, a Companhia deve manter o Índice de Capitalização Própria (ICP) de no mínimo 30%, alcançado em 2015 em 63,56%.

14. Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e, estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar (Nota 12).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações financeiras.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

<u>Passivo</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
		<u>Reapresentado</u>
Imposto de Renda Diferido	74.828.119	40.145.512
Contribuição Social Diferida	26.951.803	14.457.425
	<u>101.779.922</u>	<u>54.602.937</u>

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos, referem-se ao resultado positivo dos juros calculados sobre o ativo financeiro indenizável.

<u>Ativo</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
		<u>Reapresentado</u>
Imposto de Renda Diferido	31.839.673	-
Contribuição Social Diferida	11.479.562	-
	<u>43.319.235</u>	<u>-</u>

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos, foram apurados com base nos resultados acumulados da Companhia, que através de estudos de viabilidade demonstrou capacidade de geração de resultados para compensarem os impostos quando da entrada em operação.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 16 de setembro de 2013, através da reunião do conselho de administração foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 173.989.585, com a emissão de 173.989.585 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, com a integralização do valor de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, passando o capital social, de R\$ 20.501.000, para R\$194.490.585.

Em 17 de abril de 2014, através da 16ª Reunião do Conselho de Administração de 07 de abril de 2014 que aprovou o aumento do capital social, foi efetivado o aumento do capital no valor de R\$ 85.078.732, com a emissão de 85.078.732 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, passando o capital social, de R\$ 194.490.586, para R\$279.569.317.

Em 05 de maio de 2014, através da 16ª Reunião do Conselho de Administração de 07 de abril de 2014 que aprovou o aumento do capital social, foi efetivado o aumento de capital no valor de R\$84.182.151, com a emissão de 84.182.151 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, passando o capital social, de R\$ 279.569.317, para R\$363.751.468.

Em 16 de junho de 2014, através da 17ª Reunião do Conselho de Administração de 13 de junho de 2014 que aprovou o aumento do capital social, foi efetivado o aumento de capital no valor de R\$ 57.346.000, com a emissão de 57.346.000 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, passando o capital social, de R\$ 363.751.468, para R\$421.097.468.

Em 10 de julho de 2014, através da 17ª Reunião do Conselho de Administração de 13 de junho de 2014 que aprovou o aumento do capital social, foi efetivado o aumento de capital no valor de R\$57.346.000, com a emissão de 57.346.000 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, passando o capital social, de R\$ 421.097.468, para R\$478.443.468.

Em 22 de setembro de 2014, através da 17ª Reunião da Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 100.000.000, com a emissão de 100.000.000 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, com a integralização do valor de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, passando o capital social de R\$478.443.468, para R\$578.443.468.

Em 22 de dezembro de 2014, através da 21ª Reunião da Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 273.164.532, com a emissão de 273.164.532 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social, com a integralização do valor de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, passando o capital social de R\$ 578.443.468, para R\$ 851.608.000.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

Em 30 de dezembro 2015, através da 22ª Reunião da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 424.570.516, com a emissão de 424.570.516 novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas aos sócios de forma proporcional a participação de cada um no capital social.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.275.878.516, dividido em 1.275.878.516 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A, na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	650.698.043	434.320.080
COPEL Geração e Transmissão S.A.	625.180.473	417.287.920
	<u>1.275.878.516</u>	<u>851.608.000</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

d) Reserva de lucros a realizar

A administração da Companhia, em conformidade com a legislação brasileira, propôs a destinação do saldo existente em lucros acumulados para a reserva de lucros a realizar. Essa reserva é composta pela parcela dos lucros ainda não realizados financeiramente (apesar de contábil e economicamente realizados) pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015, a parcela de lucros não realizados financeiramente foi integralmente absorvida pelo lucro líquido do exercício, devido ao reconhecimento do rendimento sobre o ativo financeiro, no montante de R\$ 138.826.425, que financeiramente será realizado a longo prazo.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

16. Receita operacional líquida

Segue abaixo a conciliação da receita bruta e líquida para os períodos de 31 de dezembro de 2015 e 2014:

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	31/12/2015	31/12/2014
Receita de Operações com Transmissão de Energia	14.369.406	-
Receita de Construção	527.112.565	754.324.038
Remuneração dos ativos de concessão	138.826.425	112.752.396
Amortização do Ativo Financeiro	(2.614.763)	-
TOTAL	677.693.633	867.076.434
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS	(244.176)	-
COFINS	(1.124.691)	-
TOTAL RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	676.324.766	867.076.434

17. Custo de construção

Refere-se aos serviços de implantação e construção das linhas de transmissão ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica.

O saldo do custo de construção está composto conforme segue abaixo:

Custo	31/12/2015	31/12/2014
Edificações e obras civis	(448.037.060)	(304.920.613)
Máquinas e equipamentos	(223.134.657)	(450.296.642)
Consultorias e assessorias	(2.423.504)	-
Estudos e projetos	(9.747.745)	-
Indenizações de servidão	(10.798.683)	(2.937.206)
Depósitos judiciais	(4.990.948)	-
Pessoal e encargos operacionais	(1.793.968)	(543.395)
Materiais	(830.742)	-
Tributos	(299.016)	(3.708.563)
Serviços de terceiros	(1.198.916)	-
Seguros	(1.335.761)	(1.530.445)
Arrendamentos e aluguéis	(4.155.918)	-
Adiantamento a fornecedores	132.555.911	-
Encargos líquidos sobre empréstimos	59.134.738	9.612.826
Outros	(10.056.296)	-
	(527.112.565)	(754.324.038)

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

18. Gastos operacionais

A composição dos gastos operacionais esta descrita abaixo:

<u>Encargos do consumidor</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (a)	(133.997)	-
Despesas de operação e manutenção - O&M (b)	(41.841)	-
Total	<u>(175.838)</u>	<u>-</u>

(a) De acordo com os regulamentos estabelecidos pela ANEEL, as concessionárias de serviços públicos de transmissão e energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida – ROL, em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D. A Companhia deverá enviar à ANEEL seus projetos, contendo informações sobre os resultados esperados, a sua aplicabilidade, os custos previstos para execução, a expectativa de retorno financeiro, a pertinência do estudo a temas de interesse do setor elétrico e o grau de inovação ou avanço tecnológico pretendido.

(b) As despesas de operação e manutenção são inerentes a atividade e estão de acordo com o plano de negócios da Companhia.

19. Instrumentos financeiros

19.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	31/12/2015			31/12/2014 Reapresentado		
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	48.685.988	48.685.988	-	73.748.515	73.748.515
Títulos e valores mobiliários	-	6.991.236	6.991.236	-	-	-
Outras contas a receber	40.330	-	40.330	569.901	-	569.901
Depósitos judiciais	-	-	-	4.175.888	-	4.175.888
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	2.128.978.801	-	2.128.978.801	1.406.511.987	-	1.406.511.987
	<u>2.129.019.132</u>	<u>55.677.224</u>	<u>2.184.696.355</u>	<u>1.411.257.776</u>	<u>73.748.515</u>	<u>1.485.006.290</u>

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

Os valores de empréstimos e financiamentos são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os demais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme saldo demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	31/12/2015	31/12/2014
		Reapresentado
Empréstimos e financiamentos	658.743.178	553.271.310
Fornecedores	16.841.372	11.268.289
Salários e encargos	292.420	210.517
Impostos e contribuições sociais	15.306.432	7.958.151
Retenções contratuais	459.597	1.635.585
	691.642.999	574.343.852

19.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

c) Riscos cambiais

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. A Companhia não está exposta a riscos materiais.

d) Riscos de crédito

O risco surge da possibilidade de virem a incorrer perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, as empresas monitoram as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

e) Riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a empresa não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

19.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes de caixa apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

21. Contingências

Claims

A Matrinchã realizou o pagamento no valor de R\$32.423, referente a adiantamentos à Mavi, conforme contrato de Construção firmado. Ocorre que a Mavi não executou o escopo contratado, tendo abandonado a obra alegando desequilíbrio econômico financeiro. Em 11 de agosto de 2015, a Matrinchã recebeu uma notificação extrajudicial da Mavi, por meio da qual pleiteia o valor aproximado de R\$113MM, que supostamente seriam necessários para o reequilíbrio contratual. Após analisar o pleito, a Matrinchã realizou estudos técnicos e financeiros, a fim de identificar o correto valor devido ou a receber em função do que foi pago X efetivamente executado pela Mavi. Foi dado início ao procedimento de Controvérsia, como estabelecido contratualmente, sendo que, durante o curso das negociações, a Matrinchã tomou conhecimento de que a Mavi ingressou com processo de recuperação judicial. Em função disto e, em decorrência da não realização de um acordo entre as Partes, a estratégia aprovada pelos acionistas da Matrinchã foi no sentido de aguardar o resultado do processo de recuperação judicial, a fim de verificar a saúde financeira da Mavi e sua capacidade de honrar com os prejuízos causados à Matrinchã para, somente após análise do plano de recuperação, decidir pela interposição ou não do processo arbitral.

22. Eventos subsequentes

22.1. Previsão de entrada em operação

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº012/2012 em 10/05/2012, para a construção das linhas de transmissão Paranaíta – Cláudia – Paranatinga – Ribeirãozinho e construção das Subestações Paranaíta, Cláudia e Paranatinga.

O contrato dispõe que o início da operação comercial ocorrerá em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10/01/2015.

Devido a fatos alheios à vontade da Transmissora, extraordinários e imprevisíveis, caracterizados na forma da Cláusula Quinta, Subcláusulas Terceira a Sexta, do Contrato de Concessão e legislação aplicável, alguns marcos intermediários do cronograma não foram alcançados na data prevista no Contrato de Concessão. Em complemento, a previsão atual para a entrada em operação comercial das Instalações de Transmissão é 30/04/2016.

“Cláusula Quinta (...) Terceira Subcláusula - As indisponibilidades da prestação do serviço decorrentes de sabotagem, terrorismo e catástrofes consideradas calamidades públicas, bem como as causadas por caso fortuito ou força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro, não estão sujeitas à aplicação de penalidades previstas neste CONTRATO.

Quarta Subcláusula - A descoberta de materiais ou objetos nas áreas necessárias à implantação das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO, de interesse geológico ou arqueológico, deverá ser imediatamente comunicada ao órgão competente e à ANEEL, por serem de propriedade da União. Caso a descoberta provoque alterações no presente CONTRATO, as suas condições serão renegociadas, nos termos da legislação.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em reais)

Quinta Subcláusula - O descumprimento dos marcos intermediários do cronograma de construção motivado por fatos relacionados ao processo de licenciamento ambiental não imputáveis à TRANSMISSORA, comprovados perante a ANEEL, poderá ocasionar a revisão dos prazos dos cronogramas de construção propostos pela TRANSMISSORA.

Sexta Subcláusula - Eventuais atrasos verificados durante o período de construção das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO, causados por fatos não imputáveis à TRANSMISSORA, decorrentes de embargos administrativos ou judiciais às obras, relativos ao uso das áreas necessárias à implantação das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO, que comprometam os prazos de execução, comprovados perante a ANEEL, poderão ensejar a revisão dos cronogramas de construção.”

22.2. Principais itens que ocasionaram atraso na entrada em operação

Elencamos aqui de forma pontual, os impactos decorrentes dos eventos imprevisíveis e extraordinários ocorridos durante a construção das Instalações de Transmissão. De forma sucinta, foram verificados os seguintes eventos que afastam a responsabilidade da Matrinchã pelo atraso na implantação das instalações de transmissão:

- i) identificação de materiais arqueológicos no trajeto da linha de transmissão e demora do IPHAN em sua análise (impacto aproximado de 5 meses, 5 meses e 8 meses nos diversos eventos);
- ii) interferência do reservatório da UHE Sinop (impacto aproximado de 7 meses);
- iii) embargo causado pelo assentamento 12 de outubro (impacto aproximado de 7 meses);
- iv) incêndio ocorrido no alojamento do canteiro de obras da SE Paranaíta (impacto aproximado de 2 meses)

Com base no exposto a Companhia solicitou a ANEEL, a postergação do prazo para início da operação comercial das Instalações de Transmissão para 31.07.2015 por meio de nossa correspondência “CE MTE 004/2015 de 09 de Janeiro de 2015” e entende que, tal solicitação foi recebida em conformidade pela Agência Reguladora, estando no aguardo apenas de seu pronunciamento oficial. Corrobora com tal entendimento por parte da ANEEL, o fato da mesma autorizar por meio de publicação no Diário Oficial da União de 28/01/2015 pg. 61, a implementação da solução alternativa apresentada pela Matrinchã, que viabiliza a energização da UHE Teles Pires a partir da subestação Sinop, assunto tratado em sua Nota Técnica 20/2015-SCT-SRT/ANEEL.

Com tudo isso e apoiada nos relatórios dos seus consultores jurídicos, a Administração da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A., não identifica até o momento, nenhum risco de contingência que possa gerar perdas ou penalidades.